



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

12/12/2014 ATÉ 12/12/2014



INDÍCE

1	BLOG LUÍS CARDOSO	
	1.1 DECISÕES.....	1
2	O IMPARCIAL ONLINE	
	2.1 AÇÕES TJMA.....	2
	2.2 EXECUÇÕES PENAIS.....	3
	2.3 PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	4
3	SITE CNJ	
	3.1 AÇÕES TJMA.....	5
	3.2 CORREGEDOR (A).....	6
4	SITE JUSBRASIL	
	4.1 AÇÕES TJMA.....	7
	4.2 COMARCAS.....	8
	4.3 CURSOS.....	9 10
	4.4 JUÍZES.....	11
	4.5 PLANTÃO NO TJMA.....	12
	4.6 PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	13

Exclusivo: Judiciário impede soltura de bandidos

Há uns três dias o poder Judiciário orientou seus membros a analisarem criteriosamente pedidos de alvarás de soltura para bandidos de alta periculosidade e que tenham envolvimento com o tráfico de drogas, assaltos a bancos, latrocínios e homicídios.

Vários advogados estão reclamando das medidas por entenderem que são autoritárias.

Mas esta foi uma maneira que os desembargadores maranhenses encontraram para que a população não fique com a impressão de que a polícia prende e o judiciário solta.

De ontem pra hoje diversos pedidos de alvarás de soltura para bandidos presos em Pedrinhas, e em outros presídios do interior do Estado, foram negados.

Serviço de depoimento especial para crianças será instalado no Fórum de Raposa

A medida cumpre a resolução do Conselho Nacional de Justiça

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) inaugura nesta sexta-feira (12), na Comarca de Raposa, o serviço de “Depoimento Especial”, para a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica em processos que tramitam na Justiça local.

O serviço será instalado em duas salas do Fórum “Des. Miguel Ázar” e será utilizado por juízes, promotores, defensores públicos, advogados e técnicos especializados para a tomada de depoimento das vítimas.

O desembargador Jamil Gedeon, coordenador da Infância e Juventude do TJMA, presidirá os trabalhos de instalação, com a juíza diretora do fórum, Rafaela Saif Rodrigues.

A medida cumpre a Resolução nº 33/2010, do Conselho Nacional de Justiça, que recomenda aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais.

Unidade prisional de Chapadinha é referência de boas práticas carcerárias

O prédio da unidade passou, recentemente, por uma ampla reforma

Uma avaliação realizada pelo Poder Judiciário do Maranhão (TJ-MA) apontou um diagnóstico positivo das instalações e administração do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Chapadinha.

O prédio da unidade passou, recentemente, por uma ampla reforma. A ação é parte do Plano de Reestruturação do Sistema Prisional, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), que inclui obras de construção, reforma e ampliação das unidades prisionais.

O estabelecimento foi reconhecido pelo desembargador José Luiz Almeida, da 2ª Câmara Criminal do TJ-MA, e pelo juiz da 1ª Vara de Execuções Criminais de Chapadinha, Cristiano Simas, como referência na efetivação de boas práticas carcerárias.

O magistrado destacou o ambiente carcerário tranquilo. “Buscamos cumprir a lei para que as pessoas paguem pelos crimes, tenham sua integridade resguardada e oportunidade de recuperação”. A unidade, que funciona dentro das normas da Lei de Execuções Penais (LEP), abre espaço para a reinserção social.

No CDP de Chapadinha foi adotada a padronização nos procedimentos de segurança e humanização desde a chegada do interno na unidade. Ao chegarem ao estabelecimento prisional, eles recebem kits com colchão, fardamento e itens pessoais. Na ocasião, cada detento assina Termo de Compromisso em que se responsabiliza a preservar e guardar os objetos recebidos.

Tribunal de Justiça divulga calendário do recesso forense

O recesso está previsto no Regimento Interno do TJMA

No período de 20 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015, não haverá sessões de julgamento ou audiências no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), câmaras cíveis e criminais (isoladas e reunidas), varas e juizados das comarcas do estado.

Também serão suspensos os prazos processuais e publicações de acórdãos, sentenças, decisões e intimações de partes e advogados de processos físicos e virtuais, em primeira e segunda instâncias.

O recesso está previsto no Regimento Interno do TJMA, no período anual de 20 de dezembro a 6 de janeiro. Porém, decisão aprovada pelo Pleno do TJ estende o período até 20 de janeiro, atendendo pedido da seccional da OAB, para que os advogados possam gozar férias das atividades profissionais entre 20 de dezembro e 20 de janeiro de cada ano.

Visando garantir o acesso do cidadão à justiça e atender as demandas urgentes - habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminares - o Tribunal funcionará em sistema de plantão judicial, nas esferas cível e criminal.

A suspensão dos prazos processuais, sessões e audiências não impede a prática de ato processual de natureza urgente ou necessário à preservação de direitos, nem atinge processos envolvendo réu preso, nos autos vinculados a essa prisão.

Apesar dos prazos, sessões e audiências permanecerem suspensos até o dia 20 de janeiro, haverá expediente normal para todos os magistrados e servidores e regular atendimento ao público a partir do dia 5 de janeiro de 2014.

De 7 de janeiro até o dia 20 de janeiro, todas as unidades jurisdicionais do Maranhão deverão realizar correições gerais ordinárias. A medida visa organizar as unidades, desde o início do ano e, desta forma, garantir uma melhor prestação jurisdicional à sociedade.

Fórum de Raposa ganha salas para depoimento de crianças

12/12/2014 - 11h06

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) inaugura nesta sexta-feira (12/12), na Comarca de Raposa (a 30 quilômetros de São Luís), o Serviço de Depoimento Especial destinado à escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual, física ou psicológica em processos que tramitam na Justiça local.

O serviço funcionará em duas salas do Fórum Desembargador Miguel Ázar que serão utilizadas por juízes, promotores, defensores públicos, advogados e técnicos especializados na tomada de depoimento das vítimas.

O desembargador Jamil Gedeon, coordenador da Infância e Juventude do TJMA, presidirá os trabalhos de instalação, com a juíza diretora do fórum, Rafaela Saif Rodrigues. A medida cumpre a Resolução nº 33/2010 do Conselho Nacional de Justiça, que recomenda aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais.

Fonte: TJMA

Corregedoria cria Comissão Sentenciante Itinerante no Maranhão

12/12/2014 - 11h58

A corregedora-geral da Justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, editou um provimento no qual cria a Comissão Sentenciante Itinerante. Essa comissão vai, entre outras determinações, auxiliar magistrados no andamento processual e orientar servidores no desempenho de suas atividades, bem como aplicar mecanismos de racionalização, desburocratização e eliminação de atos administrativos desnecessários praticados nos processos, implementando uma atividade jurisdicional efetiva e rápida.

A corregedora levou em consideração diversos fatores, entre os quais, o aumento da litigiosidade e, conseqüentemente, a elevação da estatística processual no Judiciário maranhense. Segundo o provimento, "o bom andamento do processo depende diretamente da qualidade do trabalho das serventias judiciais, e inúmeras variáveis interferem no processo do trabalho, exigindo amplo conhecimento, habilidade e preparo do servidor".

Foi levada em consideração, também, a necessidade de criar instrumentos de consolidação da cultura de padronização e racionalização de serviços da atividade-fim da prestação jurisdicional, mediante atuação preventiva e contributiva de uma equipe técnica nas áreas necessitadas, viabilizando a razoável duração do processo. "Já houve a experiência exitosa da comissão sentenciante itinerante criada aqui pela corregedoria, o que ocasionou elevado nível de saneamento de determinadas unidades judiciais em todo o Maranhão", enfatizou a corregedora Nelma Sarney.

O provimento resolve, por fim, criar a Comissão Sentenciante Itinerante da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Maranhão, composta por juízes designados pelo corregedor-geral da Justiça e servidores do quadro do Poder Judiciário. O corregedor designará até seis juízes para integrar a comissão, sendo que um dos magistrados deverá coordenar o grupo. A comissão ficará sediada no Fórum Desembargador Sarney Costa, em local designado pela CGJ, com equipamentos necessários à execução dos seus trabalhos.

Deverá a comissão, entre outras determinações, receber sugestões de magistrados e servidores das unidades judiciais, visando ao esclarecimento de dúvidas, bem como identificar as oportunidades de melhoria contínua, essenciais à continuidade do permanente processo de padronização e modernização do Poder Judiciário. "Caberá à comissão, também, provocar a atuação de outros setores da administração do Poder Judiciário com o fim de viabilizar o regular funcionamento das unidades jurisdicionais", destaca o documento.

Fonte: CGJ-MA

Judiciário realiza ações preventivas para combate à violência contra as mulheres

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 5 horas atrás

Trabalhadores da construção civil recebem cartilha sobre a Lei Maria da Penha em canteiro de obras (Foto: Ribamar Pinheiro)

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER-TJMA) está realizando palestras educativas sobre a Lei Maria da Penha, para prevenir e combater atos violentos no ambiente doméstico e familiar. Cerca de 4 mil pessoas já foram atingidas com as ações em escolas, empresas e canteiros de obras da construção civil.

Para a presidente da coordenadoria, desembargadora Angela Salazar, o objetivo é sensibilizar toda a comunidade para um fenômeno cruel, assustador e crescente que está atingindo as mulheres. É um fenômeno mundial, aponta.

A programação integra a campanha internacional 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher realizada, em mais de 150 países, de 25 de novembro a 10 de dezembro, para promover o debate e a divulgação do tema.

Durante a campanha, mais de 3.400 pessoas participaram de palestras, exibição do filme A Fonte das Mulheres, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), bate-papo com o juiz Nelson Rêgo, da Vara da Mulher, e assessores da coordenadoria.

Também foram feitas ações de mobilização com panfletagem nos principais shoppings da capital. Em 1º de dezembro, Dia Mundial de Combate a AIDS, houve palestras de conscientização, distribuição de folders, preservativos e outros materiais na Escola Municipal Rubem Almeida, no bairro Coroadinho.

Outra forma de mobilização foi a caminhada realizada no Dia Internacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres (06/12) na Avenida Litorânea, para chamar a atenção da comunidade sobre os índices e ações desenvolvidas pelo fim da violência contra as mulheres.

Instituída pela Resolução nº 30 de 02 de agosto de 2011, em atendimento aos termos da Resolução nº 128, de 17 de março de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, a CEMULHER desenvolve ações que integram o Plano Nacional de Políticas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Bacabal - problemas no email da 2ª Vara impedem recebimento de documentos via internet

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 7 horas atrás

Problemas no email institucional da 2ª vara da Comarca de Bacabal (vara2_bac@tjma.jus.br) temporariamente o recebimento de petições, agravos e outros documentos via internet. Informações da secretaria judicial da unidade dão conta de que o problema acontece desde o dia 1º de dezembro.

Até que a situação seja regularizada, a orientação é para que partes e advogados dirijam-se à secretaria judicial da Vara para protocolar os documentos dirigidos à unidade.

TJMA inicia plano para a criação de memorial e museu do Judiciário

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 6 horas atrás

Profissionais de documentação, arquivos e bibliotecas do Judiciário participaram de oficina para construção do plano museológico e gestão de acervos (Foto_Ribamar Pinheiro)

A Coordenadoria da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promoveu, nos dias 11 e 12 de dezembro, o curso de Construção do Plano Museológico e Gestão de Acervos. A iniciativa visa capacitar os profissionais de documentação, arquivos e bibliotecas para planejar a implantação do memorial e museu do Judiciário maranhense.

Na abertura do curso, o presidente da Comissão de Documentação, Revista e Jurisprudência e Biblioteca do TJMA, desembargador Lourival Serejo, ressaltou a importância do trabalho, que objetiva a difusão e propagação das ideias relacionadas à preservação de bens patrimoniais e a valorização da memória tanto institucional quanto social do Tribunal de Justiça.

É preciso resgatar e preservar a memória do Judiciário maranhense, considerando que o Tribunal da Relação tem 200 anos, mas a legislação da justiça maranhense coincide com a fundação de São Luís, há 400 anos, lembrou.

PLANO MUSEOLÓGICO - A oficina é promovida pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), ministrada pela professora-mestre em Museologia pela Universidade de Brasília (UnB), Marijara Queiroz. Nesta etapa do trabalho iniciou-se a elaboração de um plano museológico, para definição da missão e proposta da nova unidade.

A maioria dos museus no Brasil foram criados através de decreto-lei sem um desenho, uma proposta social anterior, que questione a quem vai atender e com que objetivo. Parabenizo o TJMA, por entender a necessidade de um planejamento prévio, analisou a professora.

Os módulos do curso trabalham desde o significado de museu, museologia, importância na sociedade, a relação do museu com as questões e procedimentos técnicos e básicos, como a prática social.

Na segunda fase, são trabalhadas ferramentas de gestão, planejamento e projetos. Para concluir a capacitação, os participantes também analisaram os programas de exposição, educativos e de arquitetura executados pela instituição e que estão mais relacionados com o público externo.

Participaram do curso 28 servidores lotados nos arquivos, bibliotecas além de pessoas interessadas no tema.

Escola judicial realiza Curso de Formação em Coaching

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão

Para quem deseja alcançar grandes resultados na vida profissional e pessoal, a Escola Superior da Magistratura (Esmam) oferece as ferramentas necessárias para facilitar e acelerar esse caminho, por meio do Curso de Formação em Coaching, que será realizado nos dias 15 e 16 deste mês, na comarca de Imperatriz (MA). Para se inscrever, basta acessar o sistema acadêmico Tutor da escola judicial, até esta quinta-feira (11), e confirmar a participação.

O treinamento, com carga horária de 20h, visa capacitar servidores e magistrados em técnicas aplicadas à liderança, com base no modelo internacional coaching do Instituto Corporate Coach U (entidade americana de reconhecimento mundial), com vistas a comprometer, integrar e motivar todos em busca da construção de um clima organizacional proativo, dinâmico e produtivo.

"Baseada no princípio segundo o qual as perguntas são as respostas, essa vivência leva o participante a desvendar seu próprio caminho em busca de soluções e resultados e a construir o estado desejado na vida pessoal e profissional por meio do processo de autoconhecimento. Nossos encontros costumam ser extremamente emocionantes e motivadores, destacou o palestrante Felipe Mussalém.

TEMAS Dentre os temas a serem trabalhados, durante o curso, destacam-se: inteligência emocional; administração; programação neurolinguística; ser coach; ciclo da mudança; prática de vivência em liderança coach e outros.

PALESTRANTE - Mussalém é master Coach certificado pela Sociedade Latino Americana de Coaching; Coach Integral e Practitioner em programação neurolinguística (Internacional Associations of Coaching Institutes); analista de inteligência emocional, qualificado pelo Inscape Publishing (USA); formado em Administração e Pedagogia, pós-graduado MBA em Gestão Empresarial (FGV-RJ) e professor universitário.

São Mateus divulga resultado de mutirão previdenciário e de seguro DPVAT

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 3 horas atrás

Mutirão em São Mateus

O juiz Marco Aurélio Barreto, titular de São Mateus, divulgou os números do mutirão previdenciário e DPVAT realizado na comarca. As audiências aconteceram nos dias 9, 10 e 11 de dezembro, no fórum da comarca. De acordo com o magistrado, foram realizadas 250 audiências, entre questões previdenciárias e seguro DPVAT.

O movimento pela conciliação rendeu bons resultados aqui na Comarca de São Mateus. Após uma semana nacional da conciliação muito proveitosa não apenas para as partes envolvidas em conflitos judiciais, como também para toda a coletividade são mateuense e alto alegrense, com a doação de alimentos para associações sem fins lucrativos (APAE, Casa da Juventude e Cruz de Malta), alcançamos êxito no mutirão de ações previdenciárias e de seguro DPVAT, destacou o magistrado.

Foram realizadas mais de 250 audiências em três dias de duração, e em vários casos as partes envolvidas optaram por entrar num acordo. A título de exemplo, apenas no caso das demandas previdenciárias, o índice de conciliações realizadas beirou os 78%, o que se traduz monetariamente em um acumulado de mais de R\$ 300 mil reais, ressaltou Marco Aurélio.

Ainda de acordo com o juiz, em todos os acordos houve a estipulação da implantação imediata do benefício, o que reverte em melhoria para os segurados, já que se trata de verba que possui nítido caráter alimentar. Dessa forma, contribuirá para o sustento de núcleos familiares variados, principalmente da zona rural dos municípios que compõem a comarca, por serem os benefícios, em sua maioria, concedidos a segurados especiais, como lavradores e pescadores artesanais, enfatizou.

E continua: Em última análise, há também vantagens para toda a sociedade, na medida em que colocar-se-á mais dinheiro em circulação nos municípios, cujas economias são quase exclusivamente dependentes dos benefícios concedidos pela Previdência Social e dos salários pagos pelo Poder Executivo.

O valor acordado a título de retroativos deverá ser pago sob a forma de Requisição de Pequeno Valor, em até 60 dias da data de apresentação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O juiz disse que fará esforços para que as requisições sejam encaminhadas ao TRF -1 ainda neste mês.

Somando-se os dados da Semana Nacional da Conciliação e do Mutirão, o valor dos acordos realizados ultrapassa o montante de R\$ 400 mil reais. Os acordos já começaram a ser cumpridos e a secretaria judicial continua recebendo alimentos. A ideia é que as cestas básicas sejam entregues às entidades beneficiárias antes do Natal, finalizou.

Desembargador Guerreiro Júnior é o plantonista do TJMA até domingo (14)

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 9 horas atrás

O desembargador Guerreiro Júnior é o plantonista do TJMA

O desembargador Guerreiro Júnior responde pelo plantão de 2º grau até domingo (14), conforme portaria 783/2014, assinada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire.

No plantão de 2º grau são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória e outros.

Os servidores plantonistas de 2º grau são Roberta Sousa e José de Jesus Costa. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 8815-8344.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

PLANTAO - Nos dias úteis, o plantão judiciário funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados inclusive os de ponto facultativo entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Recesso forense na Justiça estadual será de 20 de dezembro a 20 de janeiro

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 1 semana atrás

De 7 de janeiro até o dia 20 de janeiro, todas as unidades jurisdicionais do Maranhão deverão realizar correições gerais ordinárias

No período de 20 de dezembro de 2014 a 20 de janeiro de 2015, não haverá sessões de julgamento ou audiências no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), câmaras cíveis e criminais (isoladas e reunidas), varas e juizados das comarcas do Estado. Também serão suspensos os prazos processuais e publicações de acórdãos, sentenças, decisões e intimações de partes e advogados de processos físicos e virtuais, em primeira e segunda instâncias.

O recesso está previsto no Regimento Interno do TJMA (artigo 277), no período anual de 20 de dezembro a 6 de janeiro. Porém, decisão aprovada pelo Pleno do TJ (Resolução nº 32/2013) estende o período até 20 de janeiro, atendendo pedido da seccional da OAB, para que os advogados possam gozar férias das atividades profissionais entre 20 de dezembro e 20 de janeiro de cada ano.

Visando garantir o acesso do cidadão à justiça e atender as demandas urgentes habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminares o Tribunal funcionará em sistema de plantão judicial, nas esferas cível e criminal.

A suspensão dos prazos processuais, sessões e audiências não impede a prática de ato processual de natureza urgente ou necessário à preservação de direitos, nem atinge processos envolvendo réu preso, nos autos vinculados a essa prisão.

Apesar dos prazos, sessões e audiências permanecerem suspensos até o dia 20 de janeiro, haverá expediente normal para todos os magistrados e servidores e regular atendimento ao público a partir do dia 7 de janeiro de 2014.

De 7 de janeiro até o dia 20 de janeiro, todas as unidades jurisdicionais do Maranhão deverão realizar correições gerais ordinárias. A medida visa organizar as unidades, desde o início do ano e, desta forma, garantir uma melhor prestação jurisdicional à sociedade.

PUBLICAÇÕES - A Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações do TJMA orienta que no período do recesso forense os usuários do sistema do Diário da Justiça Eletrônico não cadastrem matérias, uma vez que não haverá publicação de acórdãos, sentenças, decisões e intimações de partes e advogados na primeira e segunda instâncias, exceto para os considerados de natureza urgente ou necessário à preservação de direitos.